



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
TERCEIRA PROCURADORIA**

**OFÍCIO Nº 43/2017-MPC/PG**  
**Ref.: Processo n.º 949/04**

Brasília-DF, 12 de junho de 2017.

Senhor Relator,

O **Processo n.º 949/2004** examina Tomada de Contas Especial instaurada para apurar irregularidades na prestação de contas dos ajustes celebrados entre o então Instituto de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal – IDHAB/DF, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal SEDUH (atual SEDHAB) e o extinto Instituto Candango de Solidariedade – ICS, determinada, respectivamente, pelos itens III e IV das Decisões n.º 4.117/2003 e n.º 6.878/2004, proferidas no Processo n.º 890/03.

No referido feito, apesar das conclusões da Unidade Técnica e do Órgão Ministerial no sentido da existência de débito, o Tribunal, por maioria, julgando procedentes os Recursos de Reconsideração interpostos pelos responsáveis, determinou o encerramento das contas, nos termos do art. 2º, §7º, da Emenda Regimental n.º 1/98 (ausência de prejuízo ou responsabilidade de terceiros sem vínculos com a Administração Pública). Na assentada, restou parcialmente vencido o Revisor, Conselheiro Paulo Tadeu, que manteve seu posicionamento, no que foi seguido pelo Conselheiro Inácio Magalhães Filho, nos termos da **Decisão n.º 3.466/2015**.

O Ministério Público de Contas interpôs Recurso de Reconsideração contra os **itens II e III da Decisão n.º 3.466/2015**, conhecido pela **Decisão n.º 4.245/2015**, com efeito suspensivo.

Excelentíssimo Senhor  
**JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS**  
Conselheiro do Tribunal de Contas do Distrito Federal  
NESTA



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**TERCEIRA PROCURADORIA**

Examinado o mérito do recurso e as contrarrazões recursais juntadas aos autos, o Ministério Público de Contas emitiu o Parecer n.º 361/2016–ML, concordando quanto à insuficiência dos documentos apresentados a título de prestação de contas, posto que claramente não atendem aos critérios mínimos para demonstrar a correta aplicação dos valores recebidos pelo ICS, não havendo elementos capazes de aferir se as contas são ou não regulares, apesar de, à época dos fatos, já exigível a comprovação da execução dos convênios celebrados com a Administração com base em documentos hábeis e idôneos. Discordou, contudo, quanto à impossibilidade de condenação em débito exclusivamente em razão da ausência de prestação de contas, mas, ante o efetivo prejuízo causado aos cofres públicos, entendeu pela reforma dos **itens II e III da Decisão n.º 3.466/2015**, na forma indicada no Recurso ministerial.

Na ocasião do julgamento, Vossa Excelência, na qualidade de Relator Recursal, ao emitir seu Voto, destacou a tentativa de se buscar uma solução justa para os contratos de gestão celebrados entre o DF e o ICS, no período de 1999 a 2005, vez que, além de envolverem centenas de milhões de reais, teriam sido distribuídos, por sorteio, a vários relatores sem atentar para a continência ou conexão, o que gerou “(...) *diversas interpretações sobre o tema, conforme o entendimento pessoal de cada relator, via de regra, acompanhado pelos demais Conselheiros*”. Acrescentou, ainda, que “(...) *Uma das mais esclarecedoras defesas já apresentadas sobre esse assunto encontra-se nos **Processos n.ºs 20.814/05 e 738/07***”, onde o **Sr. Milton Barbosa Rodrigues**, ex-dirigente da extinta Secretaria de Estado de Solidariedade – SESOL, teria encontrado, em galpões particulares localizados em Brazlândia e Taguatinga, após verdadeira “garimpagem”, aquilo que restou do acervo documental do ICS. Tratar-se-iam de informações e documentos que confirmam “(...) *que as prestações de contas dos contratos de gestão celebrados pelo ICS eram, de fato, feitas, não com base na Resolução n.º 164/04-TCDF, mas, sim, como já referido, com base nas notas fiscais/faturas inseridas no Relatório Gerencial previsto no art. 22 do Estatuto do ICS*”.

Nesse contexto, Vossa Excelência pugnou no sentido de que “(...) *os documentos que compõem as diversas prestações de contas, com efeito, não permitem identificar o **valor exato** dos recursos aplicados. Por isso, **impossível quantificar qualquer potencial prejuízo***”, razão pela qual propõe “(...) *o **trancamento** das contas, considerando-as **iliquidáveis**, ante a impossibilidade de quantificação do prejuízo ou dos valores efetivamente aplicados na execução dos ajustes*” (grifos do original).

Na sequência, o Conselheiro Inácio Magalhães Filho, atuando como segundo Revisor, apresentou Voto de Vista, concordando parcialmente com a Unidade Técnica e com Vossa Excelência, mas por fundamentação legal diversa, entendeu que os **itens II e III da Decisão n.º 3.466/2015** deveriam ser reformados, sugerindo ao Tribunal que considere as contas iliquidáveis, com fulcro nos artigos 21 e 22 da Lei Complementar n.º 01/94, ante a impossibilidade de comprovar ou mesmo quantificar eventual prejuízo decorrente dos Contratos de Gestão celebrados entre o DF e o ICS, determinando o trancamento destas contas e o consequente arquivamento dos autos, sem embargo de propor, ainda, que a Corte de Contas deve “(...) *autorizar a aplicação, no que couber, das diretrizes adotadas em relação ao exame de mérito do presente recurso de reconsideração, como paradigma na análise dos processos em trâmite nesta Corte de Contas que trate do exame*



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**TERCEIRA PROCURADORIA**

*dos Contratos de Gestão celebrados pelo Distrito Federal com o ICS, com a finalidade de pacificar e uniformizar a jurisprudência desta Casa em relação à matéria”.*

Assim, Vossa Excelência apresentou novo Voto, acompanhando integralmente as ponderações indicadas pelo segundo Revisor para “(...) **adotar a tese das contas iliquidáveis para esse caso específico e, ao mesmo tempo propor que o Plenário autorize a adoção desse entendimento como paradigma para a resolução dos demais processos envolvendo o Instituto Candango de Solidariedade, de sorte a retirar dos Ordenadores de Despesa que assinaram tais Contratos de Gestão (por expressa delegação de competência o Exmo. Sr. Governador, à época) a injusta e aterrorizante ‘espada de Dâmocles’ que paira, há anos sobre suas cabeças arruinando-lhes a frágil saúde dado que a maioria deles, em idade avançada, já se encontra aposentada**”.

No citado Voto, levado à Sessão Ordinária n.º 4.957, de 1º de junho de 2017, consta informação de que teria sido distribuída “(...) **aos eminentes membros do e. Plenário uma mídia contendo dezenas de fotos produzidas pelo Sr. Milton Barbosa Rodrigues**”, com imagens da “garimpagem” promovida pelo ex-dirigente da extinta SESOL, quando foram recuperados documentos do ICS de um galpão em Brazlândia, posteriormente transferidos para o subsolo do Supermercado Super Maia, localizado no Guará II (QE 17), documentação que teria comprovado “(...) **com fidedignidade todos os gastos de sua gestão (2003/2006)**”, conforme apurado nos **Processos n.º 20.814/05 e n.º 738/07**, imagens que, frise-se, foram acostadas ao final do aludido Voto.

Por meio da **Decisão n.º 2.537/2017**, seguindo o Voto de Vossa Excelência, o Plenário, ao examinar o mérito do Recurso de Reconsideração formulado pelo Ministério Público de Contas, decidiu, **in verbis**:

*“O Tribunal decidiu: I) por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, que aderiu ao voto do 2º Revisor, Conselheiro INÁCIO MAGALHÃES FILHO: a) tomar conhecimento das contrarrazões apresentadas pelas Sr<sup>as</sup>. Maria da Glória Rincon Ferreira e Ivelise Maria Longhi Pereira da Silva (fls. 1609/1614 e anexos de fls. 1615/1622), pelos Srs. Belizário de Ávila Ferreira Júnior (fls. 1623/1633), Josué Antônio de Aguiar (fls. 1634/1643), João Carlos Coelho de Medeiros (fls. 1644/1651) e Adilson de Queiroz Campos (fls. 1652/1662), considerando-as procedentes; b) no mérito, dar provimento parcial ao recurso interposto pelo MPjTCDF para reformar os itens II e III da Decisão nº 3.466/15, conferindo-lhes a seguinte redação: “II – no mérito, considerar parcialmente procedentes os recursos de reconsideração de fls. 983/1.001, 1.007/1.311, 1.324/1.351 e 1.352/1.381, estendendo os seus efeitos aos demais responsabilizados”; II) pelo voto de desempate da Senhora Presidente, proferido com esteio no art. 16, VI, do RI/TCDF, que acompanhou o posicionamento do Relator, Conselheiro PAIVA MARTINS:*

*a) ante a impossibilidade de comprovar ou mesmo quantificar em sede de TCE o prejuízo decorrente do Contrato de Gestão firmado entre o extinto Idhab e o Instituto Candango de Solidariedade- ICS, considerar, com*



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
TERCEIRA PROCURADORIA**

*fulcro nos arts. 21 e 22 da Lei Complementar nº. 01/1994, iliquidáveis as contas em apreço, determinando seu trancamento e consequente arquivamento; b) autorizar a aplicação, no que couber, das diretrizes adotadas em relação ao exame de mérito do recurso em apreço, como paradigma na análise dos processos em trâmite nesta Corte de Contas que se refiram aos Contratos de Gestão celebrados pelo Distrito Federal com o ICS; c) dar ciência desta decisão aos subscritores das contrarrazões recursais a que alude o item I e ao subscritor do recurso de reconsideração de fls. 1.573/1.583; 3) autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Contas - Secont/TCDF, para adoção das providências pertinentes e posterior arquivamento” (Grifei).*

Ante a decisão tomada pelo Tribunal, **data venia, sem a observância do contraditório e do devido processo legal**, inclusive com repercussão em outros processos semelhantes envolvendo contratos firmados com o ICS, é dever deste Representante ministerial arguir a nulidade da decisão pelos fundamentos de fato e de direito apresentados a seguir.

**Da inobservância do princípio do contraditório**

O contraditório e a ampla defesa, dispostos no art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal, são assegurados a todos os litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral, com os meios e recursos a eles inerentes. Alçado ao nível dos direitos e garantias fundamentais pelo legislador constituinte, representa a manifestação do Estado Direito e da ordem democrática.

Assim como às partes em geral, o contraditório é assegurado ao Ministério Público, tendo o direito de se fazer ouvir e se manifestar para fazer valer sua função constitucional e influenciar a convicção do órgão julgador. O contraditório deve ser observado em todas as fases do processo, implicando poderes e deveres ao juiz, na direção do processo, previamente à fase decisória. Sua inobservância constitui causa de nulidade absoluta da decisão, importando o desfazimento dos atos decisórios.

Nos processos orientados pelo princípio da verdade material, típico dos processos administrativos, nada impede ao julgador a juntada de provas aos autos após a instrução processual, desde que se possibilite às partes sobre elas se manifestar. Isso evita prejuízo às partes ocasionado por decisões sem que tenham tido conhecimento prévio.

No Código de Processo Civil, aplicado subsidiariamente aos processos nos Tribunais de Contas, há expressa orientação no sentido de oportunizar às partes falar sobre novas provas carreadas aos autos, **verbis**:

Art. 10. O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
TERCEIRA PROCURADORIA**

No caso do Processo nº 949/2004, o Ministério Público de Contas não foi intimado para se manifestar sobre a documentação carreada aos autos e mencionada no voto de Vossa Excelência, por ocasião do julgamento do recurso.

Por consequência, não pôde exercer o contraditório, pois não lhe foi dada a oportunidade de se manifestar quanto ao mérito de documentos com influência sobre o julgamento das contas. Na qualidade de parte recorrente não exerceu o direito ao contraditório no feito. Frise-se, ficou impedido de exercer a faculdade processual constitucionalmente a ele garantida de se manifestar previamente à decisão do Tribunal.

Ao considerar, no julgamento, documentos capazes de comprovar a impossibilidade de apreciação das contas, justificando-se o seu trancamento, o Tribunal deixou de observar o direito ao contraditório garantido às partes, especialmente ao Ministério Público. No processo, isso fica evidente com a juntada, **após a manifestação do Ministério Público, por ocasião do Voto condutor da Decisão n.º 2.537/2017**, de “*dezenas de fotos*” contendo imagens da “*garimpagem*” realizada por ex-dirigente da SESOL, arrolado como responsável em outros feitos em tramitação na Corte de Contas.

Em Plenário, o Representante do Ministério Público também não se manifestou sobre as provas mencionadas, não se podendo falar em saneamento da falha processual antes do julgamento de mérito.

Nesse sentido, a ausência de oitiva prévia do Órgão ministerial configura causa de nulidade da decisão proferida pelo Egrégio Plenário ante a inobservância do contraditório, previsto no art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal.

**Da ausência de oitiva do Ministério Público de Contas como *custos legis***

Importa destacar que o art. 130 da Constituição Federal, expressamente, estendeu aos membros do Ministério Público junto aos Tribunais de Contas os direitos, garantias e vedações aplicáveis aos membros dos demais ramos do Ministério Público. Tudo isso para que o desempenho de sua missão constitucional observe o princípio da independência funcional, previsto no art. 127, § 1º, da Carta Constitucional, bem como o princípio do devido processo legal.

Tais prerrogativas foram reproduzidas e detalhadas em normas que regulamentam a organização, as atribuições e o funcionamento do Ministério Público em cada esfera de poder. Aos membros do Ministério Público de Contas do Distrito Federal, por força do art. 52 do RI/TCDF<sup>1</sup>, aplica-se, no que couber, a Lei Complementar nº 75/1993, estatuto dos membros do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT.

Nos termos do art. 18, inciso II, alínea h, da Lei Complementar nº 75/1993, é direito de o Órgão Ministerial receber intimação pessoal em qualquer processo ou grau de jurisdição, assim disposto:

---

<sup>1</sup> Art. 52. Aos membros do Ministério Público junto ao Tribunal aplicam-se as disposições pertinentes a direitos, garantias, prerrogativas, vedações, regime disciplinar e forma de investidura estabelecidos na Constituição Federal e, subsidiariamente, as da Lei Orgânica do Ministério Público do Distrito Federal.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
TERCEIRA PROCURADORIA**

*“Art. 18. São prerrogativas dos membros do Ministério Público da União:*

*II - processuais:*

*h) receber intimação pessoalmente nos autos em qualquer processo e grau de jurisdição nos feitos em que tiver que officiar.”*

Cabe mencionar ainda que, não só as Leis Orgânicas do Ministério Público (Lei Complementar nº 75/93 e Lei n.º 8.625/93<sup>2</sup>), mas o Código de Processo Civil (§2º do artigo 236<sup>3</sup>) confere ao órgão ministerial o direito de receber intimação pessoal em qualquer processo e grau de jurisdição, através da entrega dos autos com vista.

As prerrogativas não são privilégios do **Parquet**. São necessárias ao pleno exercício de suas funções institucionais. Busca assegurar aos órgãos incumbidos constitucionalmente de zelar pela correta aplicação da lei os meios suficientes para o exercício de seu mister. São irrenunciáveis e não podem ser negadas àqueles que zelam pela aplicação da lei.

Assim, as prerrogativas previstas na Lei Orgânica aplicada aos membros do Ministério Público do Distrito Federal devem ser garantidas aos membros que atuam na Corte de Contas local, em especial, na condição de fiscal da lei, o direito de ser intimado pessoalmente para falar nos autos e se manifestar sobre os fatos e provas juntadas ao feito.

O julgamento de matérias submetidas ao Tribunal de Contas não pode ser feito sem a observância das normas, especialmente a que assegura a oitiva prévia do Ministério Público nos processo em que deva falar. Entendida esta oitiva como sendo a audiência, por intimação pessoal, e a correspondente remessa dos autos para exame e emissão de parecer. Essa prerrogativa é inerente à função de **custos legis**, própria do órgão ministerial que atua nos tribunais, e constitui garantia do pleno exercício de sua missão constitucional de guarda da lei e fiscal de sua execução. Essa prerrogativa deve ser observada em qualquer tribunal onde o Ministério Público deva officiar, conforme jurisprudência a seguir colacionada:

**PROCESSUAL CIVIL - AÇÃO CIVIL PÚBLICA - MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO - LEI 4.717/65, ART. 4º. - A ausência de manifestação do Ministério Público, como "custos legis", acarreta nulidade absoluta e insanável do acórdão proferido no segundo grau de jurisdição. - Impõe-se a manifestação do Ministério Público Federal, após prévia intimação, para que novo julgamento seja realizado no Tribunal "a quo". - Recurso conhecido e provido.**

---

<sup>2</sup> Lei nº 8.625/93

"Art. 41 - Constituem prerrogativas dos membros do Ministério Público, no exercício de sua função, além de outras previstas na Lei Orgânica: (...) IV - receber intimação pessoal em qualquer processo e grau de jurisdição, através da entrega dos autos com vista".

<sup>3</sup> Art. 236. No Distrito Federal e nas Capitais dos Estados e dos Territórios, consideram-se feitas as intimações pela só publicação dos atos no órgão oficial.

§ 2º A intimação do Ministério Público, em qualquer caso será feita pessoalmente.





**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**TERCEIRA PROCURADORIA**

(STJ - REsp: 80108 PA 1995/0060991-6, Relator: Ministro FRANCISCO PEÇANHA MARTINS, Data de Julgamento: 02/05/2000, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJ 11.09.2000 p. 233)

INDENIZAÇÃO. Dano moral. Sentença que julgou a ação improcedente. Interesse de incapaz. Falta de intimação do Ministério Público para intervir no feito. Nulidade absoluta. Inteligência dos artigos 82, I e 246, parágrafo único do Código de Processo Civil. Processo anulado.

(TJ-SP - APL: 00056158520098260347 SP 0005615-85.2009.8.26.0347, Relator: Teixeira Leite, Data de Julgamento: 25/07/2013, 4ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 29/07/2013)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. AJUIZAMENTO POR ASSOCIAÇÃO. OBRIGATORIEDADE DE INTERVENÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO COMO CUSTOS LEGIS. ART. 5º, § 1º, DA L. 7.347/85. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO DO PARQUET NA INSTÂNCIA A QUO. PROLAÇÃO DE SENTENÇA DE EXTINÇÃO DO FEITO SEM APRECIACÃO DE MÉRITO. NULIDADE ABSOLUTA RECONHECIDA EX OFFICIO. I. Trata-se de ação civil pública proposta pela Federação dos Trabalhadores em Segurança e Vigilância Privada, Transporte de Valores, Similares e Afins do Estado de São Paulo - FETRAVESP em face da Caixa Econômica Federal - CEF, objetivando, em apertada síntese, a instalação de sistemas de vigilância e segurança em todas as casas lotéricas da rede da CEF, nos termos da Lei nº 7.102/83 e Decreto nº 89.056/83. II. A presença do Ministério Público na ação civil pública é obrigatória, pois no caso de não intervir como parte, deverá nela atuar como fiscal da lei, a teor do disposto no art. 5º, § 1º, da L. 7.347/85. III. Prolatada sentença de extinção do feito sem julgamento de mérito, face à ilegitimidade ativa ad causam, cuja apreciação se revela inclusive prematura em sede de ação civil pública, sem a prévia intimação do Ministério Público, daí decorre nulidade absoluta, vício insanável e passível de reconhecimento ex officio, nos termos dos arts. 84, 246 e 248 do CPC. Precedentes do STJ. IV. Declarada a nulidade de todos os atos praticados após o oferecimento da contestação, abrangida a sentença recorrida, nos termos dos arts. 84, 246 e 248 do CPC, face ao não atendimento do preceito contido no art. 5º, § 1º, da L. 7.347/85, determinando-se a baixa dos autos à origem para se proceder à abertura de vista dos autos ao MPF, sendo regularmente processada a demanda. V. Reconhecida de ofício a nulidade da sentença e julgada prejudicada a apelação.

(TRF-3 - AC: 2308 SP 0002308-81.2004.4.03.6100, Relator: DESEMBARGADORA FEDERAL ALDA BASTO, Data de Julgamento: 21/03/2013, QUARTA TURMA)



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
TERCEIRA PROCURADORIA**

RECURSO ELEITORAL - REGISTRO DE CANDIDATURA - INELEGIBILIDADE - ANALFABETISMO - PRELIMINAR DE CERCEAMENTO DE DEFESA - REJEIÇÃO - PRELIMINAR DE NULIDADE DA PROVA -TESTE DE ALFABETIZAÇÃO - AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL - ACOLHIMENTO. Inexistência de cerceamento de defesa em face da ausência de intimação para apresentação de alegações finais, posto que ao Ministério Público foi dada vista dos autos para se manifestar sobre o teste ao qual se submeteu o candidato, e, a este, não sobreveio prejuízo algum, havendo ele pugnado, inclusive, pela rejeição de todas as preliminares levantadas. A discricionariedade com que deve ser realizado o teste de alfabetização não dispensa a intimação das partes para, querendo, fazer-se presente ao ato, por se tratar de ato de produção de provas. Nulidade da prova por ausência de intimação do Ministério Público Eleitoral. Conversão do julgamento em diligência, para, nos termos do art. 514, § 4º, do CPC, determinar a realização de novo teste de alfabetização, no prazo de 48 horas, com a intimação prévia do Ministério Público.

(TRE-RN - REL: 4983 RN, Relator: VERLANO DE QUEIROZ MEDEIROS, Data de Julgamento: 14/08/2012, Data de Publicação: PSESS - Publicado em Sessão, Data 14/08/2012)

Não é demais destacar que a audiência do Ministério Público de Contas é obrigatória nos processos de tomada e prestação de contas e na apreciação dos atos de admissão de pessoal e concessões de aposentadorias, reformas e pensões, inclusive na fase de recurso, conforme explicitamente previsto no art. 54, inciso II, da Resolução n.º 296/16, que aprovou o novo Regimento Interno do TCDF.

A ausência de manifestação do Órgão ministerial em processos de oitiva obrigatório é causa de nulidade do processo, conforme destacado no art. 146 do RI/TCDF, **verbis**:

Art. 146. Nos processos em que deva intervir, a falta de manifestação do Ministério Público implica a nulidade do processo a partir do momento em que esse órgão deveria ter-se pronunciado.

Parágrafo único. A manifestação posterior do Ministério Público sana a nulidade do processo, se ocorrer antes da decisão definitiva de mérito do Tribunal, nas hipóteses em que expressamente anuir aos atos praticados anteriormente ao seu pronunciamento.

Feitas essas considerações, é possível afirmar, com esteio nas normas mencionadas, que o julgamento de mérito de processos de contas anuais sem a intimação do Ministério Público de Contas para se manifestar, na qualidade de fiscal da lei, sobre o conjunto probatório existente nos autos, configura causa de nulidade absoluta do processo. Implica dizer que a juntada de qualquer prova com influência sobre a decisão a ser tomada pelo Tribunal deve ser submetida à apreciação do Órgão ministerial.





**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
TERCEIRA PROCURADORIA**

Reconheça-se que os processos nos Tribunais de Contas, de natureza tipicamente administrativa, são regidos pelos princípios da oficialidade, do formalismo moderado e da verdade material<sup>4</sup>, contudo não foi oportunizada ao Ministério Público falar nos autos sobre as fotos. As imagens teriam sido distribuídas antecipadamente aos membros do Plenário, em mídia eletrônica, porém sem a intimação do Ministério Público de Contas, com a respectiva remessa dos autos, para a obrigatória manifestação.

Tudo isso demonstra o vício insanável na tramitação do feito em razão da inobservância das prerrogativas conferidas ao Ministério Público bem como do devido processo legal, impondo-se a declaração de nulidade da decisão plenária e a remessa dos autos ao Ministério Público para se manifestar sobre as provas dos autos.

Há, ainda, outra questão a merecer esclarecimento. O ex-dirigente da extinta SESOL teria obtido “*o que restou do acervo documental do ICS*” para comprovação, em outros processos (**Processos n.ºs 20.814/05 e 738/07**), dos gastos realizados em sua gestão com recursos repassados ao referido Instituto. Essa afirmação abre a possibilidade de que tal documentação possa servir para o exame da aplicação dos recursos repassados em face dos **Contratos de Gestão n.ºs 27/1999 e 1/2001 (Processo n.º 949/2004)**, afastando, assim, a tese de trancamento das contas. Se as fotos evidenciam a existência de documentos, não há que se falar em trancamento de contas, a menos que se comprove que tais documentos não se referem aos ajustes examinados no Processo n.º 949/2004 ou estejam danificados a ponto de impossibilitar a análise probatória.

Pelo exposto, este representante do **Parquet** especializado, em estrita observância ao princípio do contraditório e às prerrogativas constitucionais conferidas ao Ministério Público de Contas para a missão de guarda da lei e fiscal de sua execução, vem requerer à Vossa Excelência que submeta o presente feito ao Egrégio Plenário para que seja declarada a nulidade da **Decisão n.º 2.537/2017**, com fundamento no art. 142, combinado com o art. 146, ambos do RI/TCDF.

Em consequência, em atenção ao princípio do contraditório e do devido processo legal, seja oportunizado ao Ministério Público de Contas e aos responsáveis arrolados nos autos o direito de se manifestarem sobre as provas referidas no Voto condutor da **Decisão n.º 2.437/2017**

Demóstenes Tres Albuquerque  
Procurador

---

<sup>4</sup> ZYMLER, Benjamin. *Direito Administrativo e Controle*. Belo Horizonte, Fórum, 2005, p. 387.